



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

115
1
AP
br.
19

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA
29 DE DEZEMBRO DE 2009

--- Aos **VINTE E NOVE** dias do mês de **DEZEMBRO** de **DOIS MIL E NOVE**, nesta cidade de Vila do Conde, edifício do Auditório Municipal, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila do Conde, expressamente convocada para o efeito, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS: 1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. 2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** A) Propostas do CDS-PP para criação do Gabinete de Apoio ao Deputado Municipal e de espaço próprio para as Sessões da Assembleia Municipal; B) Grandes Opções do Plano e Orçamento; C) Mapas de Pessoal; D) Taxa Municipal de Direitos de Passagem; E) Nomeação da Sociedade “Ribeiro & Azevedo, SROC, Lda.” para o exercício das funções de Auditor Externo das Contas do Município de Vila do Conde; F) Informação da Presidência da Câmara sobre a Actividade Municipal. **3 – PERÍODO DE DEPOIS DA ORDEM DO DIA.** -----

--- O **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DR. LÚCIO FERREIRA** verificou a existência de “quórum” pelas **21 horas e 30 minutos**, e de imediato abriu a sessão.-----

--- Encontravam-se presentes: o **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ENG.º MÁRIO ALMEIDA** E OS **VEREADORES, ENG.º ANTÓNIO CAETANO, PROF. DOUTOR VÍTOR COSTA, DR. AURÉLIO BAPTISTA, ENG.º SARA LOBÃO, DR. PEDRO BRÁS MARQUES.** -----

--- Pediram a substituição do respectivo mandato os deputados municipais – **DR.ª ANA MARIA ABREU CARVALHO; MARCELINO SALGUEIRO EUSÉBIO; DR.ª CARLA MICAELA PALHARES; DR. MIGUEL DELFIM MAIA; MARIA EMÍLIA CAMPOS OLIVEIRA E JOAQUIM ADRIANO N. CARVALHO.** -----

--- Faltaram os **PRESIDENTES DA JUNTA DE FREGUESIA DE: MODIVAS E VAIRÃO.** -----

--- Pediram a substituição OS **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE: ARCOS – CANIDELO E VILAR DO PINHEIRO.** -----

--- O **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE LABRUGE** informou não lhe ser possível estar presente para assegurar o normal funcionamento da mesma. -----

--- O **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE AVELEDA** comunicou não ser possível estar presente uma vez que se realiza à mesma hora a reunião da Assembleia de Freguesia. -

--- O **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** deu conhecimento da correspondência recebida, após o que abriu o **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA;** -----



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

116
2
S
A
P

--- DOC. 1, apresentado pelo PPD/PSD, PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO¹, sobre o referendo da regionalização administrativa.-----

--- **MANUEL AMORIM DO PSD** referiu que é uma oportunidade para os grupos municipais, não só da Assembleia Municipal de Vila do Conde, mas de todo o país, se unirem. A Proposta pretende ser a semente que vá proliferar em todo o país, seja no litoral, seja no interior, e está convencido que a maioria dos membros das Assembleias Municipais aprovarão este documento. Que a proposta apresentada foi aprovada por todos os deputados municipais eleitos pelo PPD/PSD.-----

--- **FERNANDO OLIVEIRA, PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE MACIEIRA** lembrou que o PS, em Vila do Conde, sempre defendeu a regionalização. Entende que a segunda parte da recomendação deve ser reformulada, já que não está de acordo com o pretensiosismo de se ser o protagonista nacional.-----

--- **ARMANDO HERCULANO DO B.E.** disse que toda a gente fala de regionalização e cada cabeça tem o seu modelo. Que o documento apresentado tem um modelo de regionalização definido, com cinco divisões e mapas contínuos. Que essa solução poderá não ser a melhor. Que o mapa não tem obrigatoriamente de ser contínuo, mas tem de ter em atenção os índices económicos e outros factores sociais e estruturais.---

--- **MANUEL AMORIM DO PSD** esclareceu que apenas pretendeu criar um amplo consenso, para que se faça o referendo sobre a regionalização. Criar um efeito *bola de neve*. Que o modelo da regionalização deve ser discutido aquando do debate sobre o referendo. Quanto à segunda parte do documento disse que a mesma pode ser retirada do documento, ou se a Mesa entender, dar-lhe uma redacção que seja consensual a todos os grupos municipais.-----

--- **ALEXANDRE RAPOSO DO CDS/PP** entende que o grande inimigo da regionalização é a discussão a um patamar que lhe retira o sentido da oportunidade, faz confundir que é mais vantajoso a desconcentração do que a descentralização, e acaba tudo sempre por ficar na mesma. A regionalização é importante até para o diálogo com a União Europeia, pois trás mais vantagens. Lembrou que quando se discute a regionalização também se poderá cair numa outra discussão: em que patamar ficará o Poder Local? Que tipo de poderes ele irá ter no futuro? Contudo o que importa é defender uma regra básica da democracia: aproximar o Poder de decisão do Eleitor, do Cidadão. Considera que é importante retirar algum poder de decisão de Lisboa e permitir a todos os cidadãos uma maior proximidade. Já que é mais simples dialogar com o Presidente da Câmara ou com um Presidente de uma Assembleia Municipal ou com um Presidente de uma Região Administrativa do que propriamente com os Senhores

¹ Doc. 1 que se anexa.



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

117
3
S
A
M

Secretários de Estado ou Ministros . -----
--- **ARMANDO HERCULANO DO BE** disse que se o primeiro ponto terminar em “as diligências necessárias para a convocação de um referendo ...”, está de acordo, pois aqui não temos condições para discutir os modelos das regiões. Lembrou que o referendo há-de ter uma pergunta e é nesse momento que se deve discutir o modelo de regionalização que se pretende.-----
--- **FERNANDO OLIVEIRA - PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE MACIEIRA** recordou que o eleitor sabe mais do que parece, quando decide e quando é chamado a decidir, a decisão dele é correcta. Poder-se-á gostar ou não gostar. E no passado recente ele deu a resposta quanto ao pretensiosismo intelectual de alguns que os tentaram iludir. E ele deu a resposta correcta. Relativamente ao Mapa disse que se deve esperar para ver quais as propostas concretas. Criticou a questão do descontinuo. Entende que o Mapa tem que ter alguma continuidade geográfica e física. Propôs que a proposta aprovada seja transmitida pela Mesa, às outras Assembleias Municipais, para dela darem conhecimento e depois tomarem a posição que entenderem. -----
--- **FERNANDO REIS DA CDU** disse que o que importa é aprovar o referendo da regionalização, deixando cair a questão das regiões. Disse que a CDU vota favoravelmente. O que interessa são os fins.-----
--- **MANUEL AMORIM DO PSD** esclareceu que toda a gente está de acordo nesta “Recomendação” para que se faça o referendo. Quanto ao Mapa limitou-se a colocar o que constava inicialmente na Constituição: cinco regiões. Em relação à Proposta concreta, disse deixar cair o ponto dois ou então substituir o grupo de trabalho pela Mesa, devendo o senhor Presidente promover os contactos, porque o objectivo é tentar criar uma dinâmica a nível nacional. Não quer impor um determinado tipo de regionalização.-----
--- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** informou que apenas é colocada à votação o ponto um documento, já que o ponto dois foi retirado.-----
--- ESTE DOCUMENTO FOI APROVADO COM **53 VOTOS A FAVOR E 2 ABSTENÇÕES.** -----
--- **DOC 2**, apresentado pelo CDS/PP, **VOTO DE CONGRATULAÇÃO²**, pela atribuição do Prémio Pessoa a D. Manuel Clemente, Bispo do Porto.-----
--- ESTE DOCUMENTO FOI APROVADO POR UNANIMIDADE. -----
--- **DOC 3**, apresentado pelo BE, **RECOMENDAÇÃO³**, sobre a luta contra a corrupção.----
--- **O PRESIDENTE DA CÂMARA** esclareceu que a Câmara Municipal é cumpridora e será uma daquelas que farão chegar ao Tribunal de Contas, dentro do prazo legal, 31 de

² Doc. 2 que se anexa.

³ Doc. 3 que se anexa.



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

118
4
[Handwritten marks]

Dezembro, o plano devidamente aprovado. -----

--- **ARMANDO HERCULANO, DO BE**, face à informação prestada retirou o documento da discussão.-----

--- DOC. 4, apresentado pela CDU, DECLARAÇÃO POLÍTICA, sobre a situação em que se encontram os trabalhadores de múltiplas empresas do concelho.-----

--- **O PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que a Câmara Municipal tem estado atenta a estes problemas. Existem razões de preocupação com o futuro da Maconde. Nestes dois anos o esforço que foi feito pelo Estado, não resultou. A Administração encontra explicações para isso, nomeadamente um problema de tesouraria permanente em que, face à sua situação, compra a matéria-prima à cabeça e depois tem seis a sete meses até receber. Foi apontado um problema que agora surgiu e que foi motivo de mau estar no seio dos trabalhadores, numa altura em que todos pretendem receber atempadamente o mês e o subsídio de Natal. Fez diligências junto do Governo, um contacto quer com o Ministro, quer com o Secretário de Estado, depois com o IAPMEI, e conseguiu antecipar uma reunião com o Governo e possivelmente um adiantamento de uma verba que depois terá que ser reembolsável. Disse que a situação é preocupante. Esclareceu que foi suspensa a laboração, as pessoas foram mandadas para casa, o que aconteceu, segundo confirmação via EDP, foi que houve um incêndio no próprio PT que é da empresa. Foi necessária a noite toda para o tentar reparar. Disse que existe um esforço para encontrar soluções. A Administração acha que o problema vai ser ultrapassado, que é um problema de momento, que houve um crescimento este ano de dezoito por cento, que o mercado Americano e Angolano está extraordinariamente receptivo.-----

--- DOC. 5, apresentado pelo PS, MOÇÃO⁴, desejando que no ano de 2010 haja melhores condições de vida.-----

--- ESTE DOCUMENTO FOI APROVADO POR UNANIMIDADE. -----

--- DOC. 6, apresentado pelo PS, VOTO DE PESAR⁵, pelo falecimento de José Estêvão Coelho de Magalhães, que foi deputado municipal, membro da Comissão Administrativa e Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã.-----

--- APROVADO POR UNANIMIDADE. -----

--- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** deu por encerrado o PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA, e abriu o PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

--- a) PROPOSTAS DO CDS/PP PARA CRIAÇÃO DO GABINETE DE APOIO AO DEPUTADO MUNICIPAL E DE ESPAÇO PRÓPRIO PARA AS SESSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

⁴ Doc. 4 que se anexa.

⁵ Doc. 5 que se anexa.



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

5
114

--- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** informou que a proposta valoriza a qualidade das intervenções e o cumprimento das regras de intervenção. Quanto aos espaços próprios da Assembleia Municipal e aos meios técnicos de apoio à Mesa da Assembleia Municipal recordou as melhorias que se tem introduzido: quer quanto ao espaço utilizado que é digno, quer quanto ao apoio efectuado pelos funcionários, com um núcleo de apoio que sempre que solicitado, tem correspondido positivamente. Além disso a Câmara Municipal coloca ao dispor da Mesa da Assembleia Municipal os meios técnicos ao desempenho das suas funções. Entende que o Gabinete de Apoio não será uma necessidade premente, já que é habitual os deputados municipais dirigirem-se aos funcionários municipais que apoiam directamente a Mesa da Assembleia Municipal e solicitarem directamente tudo o que necessitam.-----

--- **AFONSO FERREIRA DO CDS/PP** disse que o que pretendem é que exista um edifício identificado como a *sede* da Assembleia Municipal, pelo menos que esse assunto seja debatido num concelho com muito património urbano. Não pretende contribuir para o endividamento do Município, já que existem soluções que, com dispêndio de poucas verbas, permitem encontrar boas soluções. Nesse espaço o deputado municipal poderia preparar as sessões, reunir com os munícipes, com as comissões de utentes e organizações. Entende que ser deputado municipal é muito mais do que comparecer a cinco sessões anuais. A falta de meios é patente até na apresentação tardia das actas das sessões anteriores.-----

--- **FERNANDO REIS DA CDU** referiu que muitas das vezes não existem condições mínimas, muito menos as necessárias. Lembrou a questão das cadeiras com apoios, sempre solicitada e nunca atendida. Disse que quando se dirige à Câmara Municipal por causa do cargo de deputado municipal é para entregar documentos e solicita o respectivo recibo. Por vezes esses funcionários aproveitam a sua presença para lhe entregar documentos que solicitou.-----

--- **CARLOS LARANJA DO PS** – apresentou documento⁶.-----

--- **ARMANDO HERCULANO DO BE** disse que a falta de meios tem sido reclamada e não atendida. Que algumas Juntas de freguesia do concelho de Matosinhos têm meios superiores aos da Assembleia Municipal de Vila do Conde: têm mesas de apoio, computadores portáteis, etc.. Que actualmente é possível apresentar muitos documentos em formato electrónico e continua-se a entregá-los em papel. Que aos deputados municipais nem sequer é entregue o *Cartão de Deputado Municipal*, o qual deveria permitir, entre outras funções, o acesso gratuito ao Parque de Estacionamento da Praça José Régio nos dias das sessões da Assembleia Municipal. Lembrou que o

⁶ Doc. 10 que se anexa.



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

6
10
12

Município de Vila Nova de Gaia tem um edifício próprio para a Assembleia Municipal, com gabinetes para os grupos municipais, computador e telefone. Disse ter necessidade de uma mesa de apoio nas sessões.-----

--- **AFONSO FERREIRA DO CDS/PP** referiu que nesta Assembleia Municipal se trabalha em cima dos joelhos. Recordou que quando se debateu, e aprovou, a proibição de fumar nas sessões, também havia quem achava ridícula a discussão desse tema.-----

--- **O PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que cada vez mais admira o trabalho dos membros da Juntas e Assembleias de Freguesia, muitas vezes com condições bastantes mas precárias que as da Assembleia Municipal, e nunca se queixaram. Que se o Presidente da Assembleia Municipal solicitar a colocação de cadeiras com apoios, será imediatamente atendido. Que a Câmara Municipal disponibiliza todos os espaços necessários aos membros da Assembleia Municipal, para que estes desempenhem dignamente as suas funções, quando solicitados. Lembrou que os edifícios não são da Câmara Municipal, mas do Município. Que são colocados funcionários municipais ao serviço da Assembleia, bem como viaturas e outros meios que sejam requisitados. Recordou que a Câmara Municipal tem demonstrado contenção nos Gabinetes de Apoio quer relativamente à Presidência quer dos Vereadores, não preenchendo os lugares a que têm direito. Recordou que a Câmara Municipal, atenta a proposta da Assembleia Municipal em sessão passada, vai propor que a sala onde se reúne actualmente a Assembleia Municipal passe a designar-se, Sala Dr. Jorge Laranja, ilustre deputado municipal que aqui faleceu no exercício das suas funções.-----

--- A PROPOSTA FOI REJEITADA COM **44 VOTOS CONTRA, 10 VOTOS A FAVOR E 1 ABSTENÇÃO.** -----

--- **b) GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO.** -----

--- **O PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que as Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2010, representam necessariamente o que foi sufragado pelos Vilacondenses no acto Eleitoral de 11 de Outubro passado. As grandes opções do Plano ao serviço de Vila do Conde e da População têm em linha de conta o necessário investimento em áreas prioritárias visando qualificar as gerações vindouras, consolidando o concelho como exemplo de qualidade de vida de desenvolvimento sustentado e potenciador de oportunidades de investimento. Trabalho alicerçado numa gestão correcta, conhecedora da realidade concelhia, com estratégia para o futuro e capaz de atrair investimento através de uma rigorosa gestão financeira, permitindo responder aos desafios do quadro de referência de estratégia nacional 2007 – 2013. O Orçamento atinge o montante de 77 milhões de euros, salientando-se no Plano Plurianual de Investimentos 69% para funções Sociais, que integram a Educação, a Habitação, o Ordenamento do Território, o Saneamento, o Abastecimento de Água, a Protecção do



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten marks and signatures in the top right corner, including a large '7' and several illegible signatures.

Meio Ambiente, a Cultura, o Desporto e o Lazer. 12% para funções económicas. 7% para funções gerais, que incluem os serviços gerais de administração e 10% para outras funções. Fica, assim, clara aposta nas pessoas e no modelo de desenvolvimento sustentável. A Educação sempre teve papel primordial nas políticas da Autarquia. O apoio de manuais aos alunos carenciados, o transporte escolar, a assumida transferência de competências para a autarquia e as intervenções da rede escolar. Quatro Centros Escolares que estão adjudicados e outros em fase de adjudicação. Tudo isso é uma marca clara no futuro das gerações vindouras e da qualidade do ensino em Vila do Conde. Em tempos tão difíceis torna-se também imperioso que a Acção Social veja garantidas condições onde se alie o programa especial de alojamento com a construção de novas habitações nas freguesias e a manutenção de todo o Parque existente, nos moldes que se estão a desenvolver, recorrendo-se a medidas excepcionais que visem minorar as dificuldades trazidas pela crise. As medidas já em curso de combate à exclusão social e que tão sucesso têm tido, serão reforçadas em 2010. O Ambiente onde o ordenamento do território é parte fundamental tem lugar de relevo. A construção da ETAR do Ave a entrar em funcionamento em Junho próximo, todo o sistema interceptor e de encaminhamento e a aposta na total cobertura do concelho com redes de abastecimento de água e drenagem de esgotos, tem sinais bem visíveis no terreno e prolongar-se-á como previsto no cronograma da concessão. Como município associado da Lipor, Vila do Conde tem um sistema de recolha e tratamento de resíduos sólidos de nível europeu. A implementação de vários projectos, nomeadamente de circuitos de novas fileiras de resíduos e aumento dos existentes, a par dos projectos de educação e sensibilização ambiental para toda a comunidade é uma aposta assumida. A criação da paisagem protegida regional do litoral de Vila do Conde e a Reserva Ornitológica do Mindelo é hoje já uma realidade. As acções decorrentes do plano de acção a ser reproduzido tornarão a paisagem protegida num espaço de referência nacional. A Rede de Equipamentos ligados ao ambiente, à ciência e à inovação, terão como complemento de carácter inovador, futura referência da região a requalificação da Estação Aquícola com a sua reconversão num eco parque. Vila do Conde é hoje, mercê da localização na Área Metropolitana do Porto, com a proximidade ao Aeroporto, da existência do Metro, do atravessamento por auto estradas, um concelho extremamente apelativo para o investimento empresarial. Exemplos recentes disso são os do Hospital do Bonfim e do Mindelo Park. Para que as grandes vias de comunicação tenham reflexo em todo o concelho, a Rede Viária e Municipal merece especial atenção com a consequente extensão da rede, sua manutenção e conservação, a par das intervenções a cargo da Metro do Porto, na zona



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

122
8
122

Ribeirinha Nascente. A construção de Equipamentos como o Centro Hospitalar Vila do Conde/Póvoa e o Parque Desportivo e de lazer nas Caxinas e Poça da Barca, são exemplo de obras estruturantes, também o são, pela importância que hoje a salutar prática desportiva ocupa na vida das pessoas, os projectos das Piscinas de Macieira e Junqueira. Como Vila do Conde tem hoje equipamentos culturais de excelência, um património edificado e arqueológico importante, urge dinamizá-lo ainda mais, integrando nos grandes roteiros metropolitanos e nacional do turismo cultural. O Turismo merece especial atenção num concelho onde existem condições culturais e paisagísticas ímpares na região em total harmonia com o património arqueológico edificado, reflexo de importância história de Vila do Conde. A aposta num turismo de qualidade de natureza e cultural gerador de riqueza deve ser mais uma aposta no nosso futuro. O dinamismo do associativismo Vilacondense, da mais diversa índole, é uma característica que a ninguém passa despercebida. Assim o apoio continuará a ser uma realidade. As Juntas de Freguesia representam um valor acrescentado no tipo de desenvolvimento que hoje é visível no nosso concelho, para que possam continuar a ver concretizado o seu trabalho em prol da população. O valor vai ser igual ao de 2009, uma vez que ainda se desconhece o montante a que o município terá direito no Orçamento do Estado. Caso o montante seja aumentado em relação a 2009, o crescimento percentual que se verificar será também aplicado às verbas das Juntas de Freguesia, alterando-se os valores indicados no orçamento agora elaborado.-----

--- **JOÃO FONSECA DO PS** – apresentou documento⁷ que se anexa.-----

--- **AFONSO FERREIRA DO CDS/PP** - apresentou documento⁸ que se anexa.-----

--- **ARMANDO HERCULANO DO BLOCO DE ESQUERDA** - apresentou documento⁹ que se anexa.--

-- **MANUEL AMORIM DO PSD** entende que independentemente da discussão o Presidente governará como bem entender, para isso é que lhe deram uma maioria absoluta. Recordou que o PPD/PSD representa pelo menos dos doze mil, quase treze mil votos. Nem que fossem sete ou oito pessoas, estavam a representá-los e teriam todo o direito de apresentar as críticas e sugestões que entendessem. Disse que pessoalmente e o Grupo Parlamentar do PSD, entendem que se devem abster porque é um documento que só quem o elabora e o vai executar, é que terá formas de resolver os problemas, nos quais não se querem meter. Podem dar sugestões. O sentido de voto é a abstenção. Quis esclarecer que não estão em contradição com a posição assumida pelos Vereadores do PPD/PSD. Que o doutor Pedro Brás Marques

⁷ Doc. 6 que se anexa.

⁸ Doc. 7 que se anexa.

⁹ Doc. 8 que se anexa.



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

123
9
A7

continua a ser o Presidente do Partido e a ele devem fidelidade. Que O doutor Pedro Brás Marques não pode ter a mesma posição, não se pode abster na Câmara, porque como se sabe, em tempos, por o Professor Santos Cruz, ou porque votou a favor ou porque se absteve, teve que ir prestar declarações ao Tribunal ou a Entidades Públicas. Essa é a razão pela qual os Vereadores têm, desde essa altura, votado sempre contra, para se protegerem, por uma questão de segurança. Aqui na Assembleia, não existe esse problema e portanto o voto é o da abstenção. Em relação ao Orçamento, falar aqui nas Piscinas de Macieira e da Junqueira é uma história que se repete, já vem de mandato em mandato, espera que não sejam as obras de Santa Engrácia e que realmente se façam de uma vez por todas. O que preocupa o PPD/PSD são as dívidas a longo prazo, algumas com quinze, dezasseis, dezassete, dezoito vinte anos para serem pagas. Espera que o Presidente não faça como diz o ditado popular "Quem vier atrás que feche a porta ...". Que tenha em atenção o endividamento da Câmara Municipal porque isso pode colocar em causa o futuro, não até 2013, mas, eventualmente, o que daí para a frente vier.-----

--- **ANTÓNIO CASTRO, PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE RETORTA** – apresentou documento¹⁰ que se anexa.-----

--- **FERNANDO REIS DA CDU** – apresentou documento¹¹.-----

--- **BRUNO ALMEIDA DO PS** lembrou que nos últimos quatro Orçamentos se fartaram de aqui serem apelidados de incompetentes, falseadores da realidade, de pouco ambiciosos, pouco rigorosos. Que ao fim de quatro anos, quando já punha em causa todo o trabalho realizado, o resultado eleitoral veio dizer que os vilacondenses queriam que se continuasse com a gestão que se fez em Vila do Conde, que os socialistas continuassem a governar e a governar como sempre governaram. Disse que o deputado Armando Herculano em quinze dias passou o BE, em Vila do Conde, para metade dos votos que tinha tido nas Legislativas. Teve uma derrota muito maior do que a do doutor Pedro Brás Marques, do PPD/PSD. E este pôs o lugar à disposição do Partido. O deputado Armando Herculano também o devia fazer. Quanto aos investimentos repetidos disse que gostava que já estivessem concretizados, mas não desistem enquanto não se concretizar. Se não for este ano, serão apresentados no próximo orçamento. Não descansarão enquanto não estiverem realizadas. Por último recordou que há quatro anos o PPS/PSD disse que iam dar uma oportunidade ao PS. Ao fim de quatro anos, duros, os resultados eleitorais não deixaram dúvidas nenhuma quanto à política que se devia seguir.-----

¹⁰ Doc. 9 que se anexa

¹¹ Doc. 11 que se anexa.



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

10
24
17
11

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que o endividamento diminuiu. Que as despesas com o pessoal são maiores do que em dois mil e nove. Mas quatro milhões de euros são para o pessoal que é pago à Câmara Municipal, estão nas receitas para pagar ao pessoal das escolas. E um milhão para pagar ao pessoal que está a trabalhar na Indáqua, mas que naturalmente esta paga à Câmara Municipal e entra nas receitas, para nós pagarmos a esse mesmo pessoal. Mantiveram-se com vínculo à Câmara Municipal, mas a Indáqua até ao dia 21, faz chegar o valor dos seus salários. Se este ano se tirassem os 5 milhões, passava de dezanove milhões de euros, para catorze, que é muito menos do que os dezasseis do ano anterior. Houve, de facto, uma diminuição clara de pessoal. Tem a ver com sectores diversos: a saída de muitos técnicos, os lugares não foram preenchidos e com a não existência de secretárias da Vereação, do Presidente não ter adjunto, haver uma assessora só. Quanto às obras de Santa Engrácia disse que elas não se fizeram, mas as populações sabem bem porquê, e por isso, continuaram a acreditar no PS e reconheceram o trabalho desenvolvido em prol dos seus interesses e de uma melhor qualidade de vida. Recordou que a colaboração com as Juntas de Freguesia é permanente, quando as Juntas de Freguesia dizem que na freguesia tal, independentemente desta obra, eles preferem fazer aquela porque é mais importante para a população, naturalmente que se faz essa substituição, por isso é que há alterações ao Plano. -----

--- ESTE PONTO FOI APROVADO COM 45 VOTOS A FAVOR 9 ABSTENÇÕES E 2 VOTOS CONTRA. -----

--- c) MAPAS DE PESSOAL. -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que a diferença entre o mapa apresentado e o anterior tem a ver com os cinquenta e cinco trabalhadores que foram contratados para prestarem a sua actividade profissional nas escolas, por causa das novas competências das autarquias. Que a contratação desses profissionais foi delegada pela Câmara Municipal nos Presidentes dos Conselhos Directivos dos vários Agrupamentos de Escolas do concelho, apesar de serem funcionários municipais.-----

--- **FERNANDO REIS DA CDU** disse que existe um aumento das despesas com o pessoal de mais de vinte e cinco por cento, que se orçamenta mais cinco por cento. Que o que o preocupa é o número elevado de trabalhadores com vínculos precários, cerca de trinta e nove por cento. O que é escandaloso. Que a CDU aguarda informação solicitada já à Assembleia Municipal relativamente ao Pessoal do Município, pedindo que viessem especificados nomes, data de admissão, formação académica, categoria profissional, vencimento e tipo de vínculo. Que a mesma ainda não foi prestada. Pelo que tem dificuldade em votar favoravelmente um documento que lhe suscita imensas dúvidas.-

--- **FERNANDO OLIVEIRA, PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE MACIEIRA** referiu que o



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

11

documento expressa correctamente os novos contratados na área da educação. Que muitos deles trabalham na área das actividades de enriquecimento curricular, profissionais esses que não têm um período de trabalho anual normal.-----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA** esclareceu que a Câmara Municipal passou a ter mais trezentos e quarenta funcionários, que são aqueles que estão a trabalhar nas escolas. Por isso houve um aumento das despesas com o pessoal, mas também houve um aumento das receitas com eles, porque os seus salários são pagos pelo Ministério à Câmara Municipal, como consta do protocolo celebrado. Cento e quatro desses trabalhadores são contratados só por um ano, duzentos e sete foram transferidos da Administração Central para a autarquia. Os restantes foram objectos de concursos promovidos pelos diversos Agrupamentos Escolares do concelho.-----

--- ESTE PONTO FOI APROVADO COM **39 VOTOS A FAVOR E 11 ABSTENÇÕES.** -----

--- **d) TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM.** -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que a aplicação desta taxa é uma questão de direito. Quem utiliza o solo deve pagar. O montante arrecadado vai na íntegra para apoiar as instituições e associações do concelho. A proposta é idêntica à dos anos anteriores, a taxa é de 0,25%. A receita arrecada em 2009 foi de dezoito mil euros.-----

--- **FERNANDO REIS DA CDU** entende que o documento não foi devidamente instruído, só o sendo neste momento com a indicação da taxa proposta pela Câmara Municipal. Que, de facto, quem acaba por pagar esta taxa são os consumidores e não as empresas que utilizam o solo. Que o valor destas receitas é tão pequeno que o Município poderia prescindir das mesmas.-----

--- **ARMANDO HERCULANO DO BE** referiu que era melhor que este tipo de receitas fossem extintas. Na verdade as empresas imputam estes custos nos consumidores. Como as receitas são para distribuir pelas instituições de solidariedade e associações do concelho, votará a favor. -----

--- **MANUEL AMORIM DO PSD** disse que se a totalidade da receita é para distribuir pelas instituições de solidariedade social, é sensível a esse argumento, mas que deveriam concretizar, informando a quais, e quanto recebem cada uma delas.-----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA** esclareceu que se está perante um valor irrisório, comparativamente com o que a Câmara Municipal atribui às Associações. Que se a Assembleia Municipal não aprovar a aplicação desta taxa, será mantido o apoio às Associações e Instituições do concelho, porque a Câmara Municipal é sensível às suas necessidades.-----

--- Neste momento o deputado municipal Armando Herculano, do BE, começou a falar do lugar, exigindo que o Presidente da Câmara Municipal respondesse concretamente



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

12

ao deputado municipal Manuel Amorim. O Presidente da Mesa da Assembleia informou que o Presidente da Câmara respondera, como entendeu que devia e não podia a Mesa da Assembleia ou qualquer outro membro, exigir que respondesse de maneira diferente. Não se conformando com a posição do Presidente da Mesa o deputado municipal do BE, Armando Herculano, continuou a insurgir-se, continuando a falar do lugar em tom alto, não permitindo a continuação dos trabalhos com a normalidade exigida. O Presidente da Mesa da Assembleia solicitou ao deputado municipal para que terminasse de proceder daquele modo, que respeitasse a Mesa e o modo como estava a conduzir a sessão. O deputado municipal continuou a falar do lugar, não permitindo o normal desenrolar da sessão e da ordem de trabalhos. Apesar de solicitado para acatar as normas de funcionamento da Assembleia, continuou a manifestar-se do seu lugar. O Presidente da Mesa da Assembleia viu-se na necessidade de interromper a sessão pelo período de cinco minutos, para que a ordem fosse restabelecida e a sessão pudesse continuar normalmente. Findo o período de interrupção a Assembleia Municipal continuou com os trabalhos. O Presidente da Mesa da Assembleia comunicou que do incidente ia retirar as devidas ilações e fazer as participações devidas.-----

--- De seguida passou-se, finalmente, à fase da votação. **ESTE PONTO FOI APROVADO COM 29 VOTOS A FAVOR, 13 ABSTENÇÕES E 2 VOTOS CONTRA.** -----

--- e) **NOMEAÇÃO DA SOCIEDADE "RIBEIRO & AZEVEDO, SROC, LDA." PARA O EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES DE AUDITOR EXTERNO DAS CONTAS DO MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE.**-----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que a existência de um Revisor Oficial de Contas é obrigatória. O prazo de prestação do serviço não pode exceder os três anos, as sociedades praticam honorários de acordo com as tabelas, fixadas pela Ordem. A proposta apresentada pelo Revisor que tem estado em serviço e com bons resultados fica claramente abaixo desses valores. É proposto pelo Director de Departamento que se aprove a designação dessa mesma sociedade para os anos 2010 a 2012.-----

--- **ESTE PONTO FOI APROVADO COM 33 VOTOS A FAVOR E 9 ABSTENÇÕES.** -----

--- **f) INFORMAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL.** -----

--- **FERNANDO REIS DA CDU** perguntou se o Presidente da Câmara considera a possibilidade de, conjuntamente com outros autarcas de municípios atravessados pelo Rio Ave, se candidatarem ao *Programa Polis de Recuperação dos Rios*.-----

--- **ARMANDO HERCULANO DO BE** perguntou se a Câmara Municipal poderia ajudar a família de Domingos Alberto Gonçalves Gomes e Maria Filomena da Costa Brás, residentes na Rua Nova de Castelões, noventa, de Fajozes, que vivem em péssimas condições de higiene, salubridade e de segurança das próprias vidas.-----



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

13

137

137

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que o projecto sobre a recuperação dos rios está a ser acompanhado pela Câmara Municipal. Que quando a Etar começar a funcionar, naturalmente, a poluição do Rio Ave será menor. Disse que nos concelhos da Trofa e de Santo Tirso irão funcionar duas Etar's mais pequenas que também contribuirão para despoluir o Rio Ave.-----

--- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** declarou encerrado o PERÍODO DA ORDEM DO DIA. Passou à votação da Minuta da Acta da sessão, a qual foi aprovada por unanimidade. De seguida abriu o PERÍODO DE DEPOIS DA ORDEM DO DIA. Verificado que não houve pedidos de inscrição por parte do público, encerrou a sessão pelas zero horas e trinta minutos.-----

DR. LÚCIO FERREIRA

DR. VÍTOR CARVALHO

Dr.ª. Ana Luísa Beirão

PSD 2008
Doc. 1
B.
M

Grupo Municipal do Partido Social Democrata

Proposta de Recomendação

1. Considerando que a criação de Regiões Administrativas está plasmada, como norma programática, no artigo 255.º da Constituição da República Portuguesa, desde a sua primeira versão;
2. Considerando que, nos termos do artigo 257.º da Constituição da República, a criação das Regiões Administrativas não implicará a limitação dos poderes dos Municípios;
3. Considerando que a criação das Regiões é do interesse do Município de Vila do Conde;
4. Considerando que, até à revisão de 1997, a Constituição reconhecia às Assembleias Municipais um papel fundamental na instituição em concreto das Regiões, pois esta estava dependente do voto favorável da maioria das Assembleias Municipais;
5. Considerando que, desde a revisão constitucional de 1997, a instituição em concreto das Regiões Administrativas passou a estar dependente de referendo;
6. Considerando ainda que a realização, na presente legislatura, de um referendo para a instituição da Regionalização fazia parte do programa eleitoral do partido mais votado nas últimas eleições legislativas;
7. Considerando, por último, as recentes declarações do Sr. Primeiro-Ministro, no final das jornadas parlamentares do PS, realizadas em Beja, no sentido de que para se avançar com o referendo sobre a Regionalização será necessário alcançar um amplo consenso;

Nos termos da alínea e) do artigo 32.º do Regimento da Assembleia Municipal de Vila do Conde, o Grupo Municipal do PSD propõe à Assembleia Municipal a aprovação da seguinte recomendação:

1. Que esta Assembleia, nos termos da alínea g) do artigo 24.º do Regimento, tome posição perante o Governo, no sentido de este adoptar, o mais rapidamente possível, as diligências necessárias à convocação de um referendo para a instituição em concreto das cinco Regiões Administrativas, com o mapa correspondente às regiões-plano (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve);
2. Que se constitua um grupo de trabalho para estabelecer os contactos necessários com todas as Assembleias Municipais do país, tendo como primeiro objectivo a aprovação e envio de 308 tomadas de posição favoráveis à realização do referendo, criando dessa forma o tão desejado consenso, proporcionando também à Assembleia Municipal de Vila do Conde o protagonismo de liderar esta iniciativa em termos nacionais, contribuindo, eventualmente, de uma forma decisiva, para a realização da única promessa do 25 de Abril que ainda está por cumprir: A-REGIONALIZAÇÃO.

A Direcção do Grupo Municipal do PSD,

2. Que o Presidente da Assembleia Municipal estabeleça os contactos necessários com todas as Assembleias Municipais do país, tendo como primeiro objectivo a aprovação e envio de 308 tomadas de posição favoráveis à realização do referendo, criando dessa forma o tão desejado consenso, contribuindo -se-, assim, para a regionalização.

retracto
↓
substituído
em sessão
↓

CDS – PP
Grupo Municipal de Vila do Conde
Assembleia Municipal de Vila do Conde

130
Doc. 2
m.
H

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Vila do Conde – Dr. Lúcio Ferreira, vem por este meio o grupo municipal do CDS- Partido Popular presente nesta Assembleia colocar à consideração de V.^a EX.^a o seguinte documento:

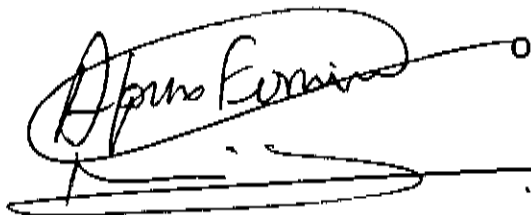
VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Considerando que :

- O Prémio Pessoa é considerado por muitos como o maior galardão atribuído em Portugal na área da Cultura.
- O Prémio Pessoa vem distinguindo desde 1987 personalidades muito marcantes de diversos quadrantes da vida portuguesa.
- “O Prémio Pessoa é um prémio concedido anualmente à pessoa de nacionalidade portuguesa que durante esse período – e na sequência de uma actividade anterior – tiver sido protagonista de uma intervenção particularmente relevante e inovadora na vida artística, literária ou científica do país”.
- O Prémio Pessoa nunca é feito a título póstumo e pretende “encorajar a fazer mais e melhor”.
- Na sua edição de 2009 o júri presidido pelos líderes dos grupos Impresa e CGD, decidiu atribuir ao D. Manuel Clemente esse galardão

Assim, reunida em sessão ordinária em 29 de Dezembro a Assembleia Municipal de Vila do Conde, congratula-se publicamente pela atribuição de tão prestigiante prémio de âmbito nacional, a D. Manuel Clemente que é simultaneamente desde 2007 Bispo de Porto.

Vila do Conde, 29 de Dezembro de 2009


Os Deputados Municipais

Nota – Se aprovado enviar para :

Diocese do Porto.

Todas as paróquias do concelho de Vila do Conde
Publicar na imprensa local.

Vila do Conde, 29 de Dezembro de 2009



Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Vila do Conde

RECOMENDAÇÃO

LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO

A Lei n.º 54/2008, de 4 de Setembro, criou o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), uma entidade independente que funciona junto do Tribunal de Contas e desenvolve actividades de âmbito nacional no domínio da prevenção da corrupção e infracções conexas.

Em 1 de Julho de 2009, o CPC aprovou uma Recomendação sobre a elaboração de "Planos de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas", nos termos da qual «os órgãos máximos das entidades gestoras de dinheiros, valores ou patrimónios públicos, seja qual for a sua natureza [entre as quais se encontram as Câmaras Municipais], devem, no prazo de 90 dias, elaborar planos de gestão de riscos e infracções conexas», prazo este que foi prorrogado até ao dia 31-12-2009.

No Plano-tipo elaborado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), e que deve ser do conhecimento da Câmara Municipal, diz-se que **«a gestão do risco é uma responsabilidade de todos os trabalhadores das instituições, quer dos membros dos órgãos, quer do pessoal com funções dirigentes, quer do mais simples funcionário.»**

Naquele documento da ANMP pode também ler-se que uma das exigências de hoje é **«não só que a Administração procure a realização dos interesses públicos, tomando as decisões mais adequadas e eficientes para a realização harmónica dos interesses envolvidos, mas que o faça de forma clara, transparente, para que tais decisões possam ser sindicáveis pelos cidadãos.»**

E ainda que **«a matéria do acesso aos documentos administrativos e à informação ... é um desígnio de cidadania e simultaneamente um instrumento de modernização dos serviços públicos»;**

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Vila do Conde, reunida em sessão ordinária no dia 29 de Dezembro de 2009, delibera:

Recomendar à Câmara Municipal de Vila do Conde que no cumprimento dos objectivos atrás preconizados, remeta a esta Assembleia Municipal cópia do respectivo PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS, já elaborado ou, caso ainda o não tenha feito, assim que proceder à sua elaboração.

O deputado municipal do BE

Doc 3

13)

132
Doc 4
P.
M.

M O Ç Ã O

A escassas horas do começo de um novo ano – mais que por simples tradição – é nosso profundo desejo a todos desejar as maiores felicidades.

Naturalmente que estes nossos votos são particularmente dirigidos à população do nosso Concelho, que nos conferiu o mandato de a representar neste órgão deliberativo do nosso Município.

Contudo, nesta hora, não poderemos deixar de dirigir uma sentida palavra de solidariedade aos nossos conterrâneos que atravessam momentos particularmente difíceis, quer por falta de saúde, quer por falta de trabalho.

A estes, de forma muito especial, desejamos que 2010 traga as condições de vida a que todos aspiramos e a que todos temos direito.

Vila do Conde e Assembleia Municipal, 29 de Dezembro de 2009

pelo Grupo do PS



NOTA: Se aprovada publicar na imprensa local

VOTO DE PESAR

Doc 5
133

Faleceu, no passado dia 22 de Dezembro, José Estêvão Coelho de Magalhães, que foi nosso par nesta Assembleia Municipal.

Personalidade com elevado sentido cívico, esteve sempre ligado à vida autárquica após o 25 de Abril de 1974.

Pertenceu à Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de Vila Chã até às primeiras eleições livres, foi seu Presidente durante dois mandatos, entre 1986 e 1993, Deputado e Presidente da Assembleia de Freguesia, cargo que se encontrava a exercer.

Para além do político fica a imagem do homem culto, humilde, solidário, sensível, "amigo do seu amigo".

Com esta inestimável perda fica mais pobre a Freguesia de Vila Chã e o nosso Concelho..

A Assembleia Municipal de Vila do Conde, reunida em 29 de Dezembro de 2009, lavra o presente Voto de Pesar e endereça à família sentidas condolências.

pelo Grupo do PS

Benjamim dos Santos Moreira
Benjamim dos Santos Moreira

NOTA: Se aprovado endereçar à família e publicar na Comunicação Social

Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2010

(documento suporte à intervenção)

Os documentos que nos são apresentados hoje são provavelmente aqueles que em 4 anos de menor apresentação e explicação necessitam. De facto, o seu conteúdo reflecte directamente aquilo que foi mostrado e sufragado pelos vilacondenses há cerca de 2 meses.

O presente documento corresponde a uma estratégia de quem bem conhece o concelho, de quem bem conhece as suas pontencialidades e necessidades; corresponde a um projecto que numa perspectiva realista, encerra em si soluções para os problemas diagnosticados e vai de encontro aos anseios da população, também por integrar em si pessoas oriundas dos mais diversos meios sociais e círculos profissionais, culturais e também profundamente enraizadas no meio associativo.

Por outro lado, por ser um Orçamento apresentado pouco tempo depois das eleições, que trazem novos membros a esta casa, é aquele onde acalentamos mais expectativa em que aqui venha alguém analisá-lo de forma também ela realista e lembrando-se de qual foi a estratégia e a política de gestão do nosso Concelho que os vilacondenses preferem.

E foram colocadas em alternativas as diferentes visões. De facto e designadamente a coligação apresentou, nos cartazes que afixou, o que iria fazer se pudesse gerir o nosso Concelho. E a coligação sabe o que nós pensamos sobre essa visão; por outro lado, ficou, mais uma vez e de uma forma ainda mais inequívoca, a saber o que os vilacondenses pensam. E ficou a saber porque é que nós, ano após ano, afirmamos categoricamente acreditar, defender e aprovar os Orçamentos e Planos de Actividade que a Camara Municipal nos propõe.

Mas os senhores têm preferido teimosamente fechar olhos e ouvidos.

Por isso disse que temos a expectativa que a nova bancada possa humildemente reconhecer que, pensando de forma oposta à generalidade das pessoas, não sejam os outros que estejam maioritariamente enganados, mas sim os Senhores; que os membros da assembleia agora eleitos tenham outra capacidade para perceber as ideias, as propostas e os números que vos são apresentados. A forma errada como os interpretam, seja propositadamente, de má fé, ou seja oriunda de puro desconhecimento, tiveram pelos Vilacondenses o devido juízo. Eles souberam-Vos penalizar por esses erros, que nós, tantas vezes e tantas vezes, por exemplo a partir deste mesmo púlpito, denunciámos.

Pois bem, o Orçamento de que falamos apresenta um valor de 77M€, propondo uma correcta partição entre despesas correntes e de capital, permitindo alocar mais de 5M€ de receitas correntes para despesas de capital. Registo também para a descida do peso das despesas correntes no total de receitas em 3%.

Pensamos não ser aqui o lugar para enumerar exaustivamente aquilo que serão as obras e intervenções contidas neste Orçamento e GOP, cujo detalhe está descrito no documento que nos foi apresentado, pelo que iremos apenas traçar alguns sublinhados sobre as mesmas.

Desta forma não podemos começar senão por referir o aumento em 20% (cerca de 5M€) do montante destinado à Educação. Os significativos 31M€ serão aplicados no contínuo trabalho de restauro e manutenção dos equipamentos escolares existentes, na construção dos novos centros escolares capazes de dar resposta aquilo que são as novas determinações pedagógicas e o quadro demográfico existente, mas também no fornecimento de refeições e nos transportes escolares.

No desporto, cultura e lazer, sublinhe-se a transformação da Estação Aquícola em Fluviário Metropolitano, bem como a finalização da rede municipal de piscinas, com a projecção do Pólo de Junqueira e Macieira, bem como a de Caxinas.

Nas funções económicas, relevamos a continua melhoria e manutenção da rede viária municipal, tão determinante para a mobilidade no concelho, bem como a planificação de obras capazes de alterações estruturais nessa mesma mobilidade, a título de exemplo a construção da ponte de Retorta.

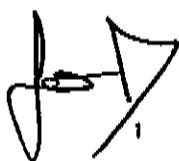
No Ambiente, o ano de 2010 ficará marcado indiscutivelmente pela construção da ETAR do Ave, bem como o continuar dos trabalhos de prolongamento a todo o concelho das redes de abastecimento de água e drenagem de esgotos. O esforço de anos culminado em Setembro último com a criação da Paisagem Protegida do Litoral de Vila do Conde e Reserva Ornitológica de Mindelo terá em 2010 também o seu ano 1.

O Município continuará também atento promovendo as medidas, ao seu alcance e não poucas vezes substituindo-se ao que seria o papel do Estado, para incentivar o investimento e a criação de postos de trabalho, sendo exemplos recentes a implementação do projecto FINICIA, a ampliação da Nassica, a construção do Hospital do Senhor do Bonfim, a reconversão da Fab. Mindelo no Mindelo Park.

Estas como medidas a jusante da actual conjuntura sócio-económica, a acção social levada a cabo, encarada como um conjunto de medidas a montante, será outra vertente da actuação contra-cíclica do Município. A continuação do programa de habitação social e de uma actuação de proximidade com todas as situações pontuais que surjam, voltarão em 2010 a assumir papel central.

Enfim, estes são alguns dos justificativos que temos para aprovar o Orçamento e as Grandes Opções do Plano apresentadas pelo Executivo Municipal. Mas e acabando como começamos, o maior deles foi indubitavelmente dado pelos Vilacondenses, não só para os presentes documentos, como para todo o mandato, em Outubro último e, portanto, é com gosto que associamos o nosso voto ao voto dos Vilacondenses.

Pelo Partido Socialista na Assembleia Municipal de Vila do Conde em 29/12/2009



Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2010

A discussão das grandes opções do Plano e Orçamento para 2010 começam desde logo “condicionadas” por alguns aspectos que não são de somenos importância, a saber:

- 1- Trata-se do primeiro orçamento realizado após o último acto eleitoral. Assim sendo, deveria legitimamente corresponder ao projecto político vencedor, mas ter simultaneamente uma visão para o mandato, o que de todo não acontece.
- 2- A discussão de um documento tão complexo deveria encetar uma prévia discussão em sede de um grupo de trabalho especializado em assuntos económicos, o qual teria por função “esmiuçar” os números e as realidades subjacentes aos mesmos. Contudo, não obstante a nossa proposta na última revisão do Regimento desta Assembleia a maioria do Partido Socialista prefere fazer neste plenário uma discussão que feita deste modo, é maçadora para o público e pouco produtiva e esclarecida para os deputados municipais.
- 3- Acresce a isso o facto de termos apenas e somente 8 minutos no actual regimento para analisar tão complexo e importante documento, o que inviabiliza toda e qualquer tentativa séria de análise do mesmo.
- 4- Estamos a iniciar um mandato que vai coincidir com o termo do actual quadro comunitário de apoio - Quadro de referência Estratégica Nacional (QREN).
- 5- Sendo sobejamente conhecida a situação económica nacional e internacional de grave crise, o orçamento está feito de certo modo a tentar “iludir” essa realidade, pois ao propor um aumento de 1.000.000 de euros relativamente ao orçamento anterior, pretenderá dar um ténue sinal de carácter político, o que como já vimos no passado, infelizmente, o tempo se encarregará de desmontar.
- 6- Este orçamento a exemplo dos anteriores será totalmente alterado ao longo do ano, não sendo porventura inocente os elevados valores que estão inscritos em rubricas cujo título começa por “outros”, pelo que o “esmiuçar” de que falávamos atrás, poderá fazer pouco sentido pois é sabido pela experiência, que o mesmo será praticamente totalmente revisto e alterado ao longo do ano.
- 7- Julgamos que perante as dificuldades financeiras gerais do país e do mundo e ainda por cima, estando no início de um mandato se impunha realizar um orçamento de “base Zero”, a exemplo do que com sucesso outros municípios fizeram no passado.

CDS – PP
Grupo Municipal de Vila do Conde
Assembleia Municipal de Vila do Conde

JM
A.
Dec 2
(2 = d 3 / 13)
JM

- 8- Estranhámos ter ouvido na última reunião desta Assembleia o senhor Presidente da Câmara falar em enormes dificuldades de receita, nomeadamente, a propósito da colecta do IMI e não obstante a diminuição da previsão de algumas receitas, verificamos um aumento da previsão da receita com a Derrama em mais de 500.000 euros, o que a avaliar pelos resultados de muitas empresas e da economia em geral nos faz temer o pior quanto à aderência à realidade deste orçamento muito baseado num passado recente e nem sempre de sucesso.
- 9- Como não temos qualquer informação acerca da execução orçamental de 2009, também nos é difícil com rigor avaliar os pressupostos que possam presidir às opções tomadas.
- 10- Não sendo exaustivo é fácil verificar que muitas das promessas contidas no presente documento têm origem em anteriores orçamentos. Mais, os seus históricos são desoladores tais como são os casos das Piscinas da Junqueira e de Macieira ou o futuro Hospital Póvoa de Varzim/Vila do Conde com mais de uma década de promessas adiadas, isto para já não falar na eterna promessa de construção de uma ponte sobre o Rio Este a ligar a EN 306 à EM 526 em Arcos, a qual tememos bem, só será efectivamente construída quando algo que não desejamos, aconteça numa das actuais ligações sobre o Rio Este naquela freguesia.
- 11- Julgamos que antes de tudo, o orçamento deve ser visto pelo lado das receitas pois é aí que deverão estar inscritas as verbas que suportarão os investimentos e despesas subjacentes ao mesmo. Contudo e numa afirmação genérica por falta de tempo digamos que este orçamento é baseado em aumentos substanciais, relativamente à previsão do ano anterior, das transferências correntes e de capitais, o que considerando o estado das finanças públicas!
- 12- Alertamos também desde já os Vilacondenses para o aumento previsto na dívida da autarquia para 2010 como é previsível da página 44 do presente documento em comparação com o quadro semelhante do orçamento para 2009.
- 13- Infelizmente e como já dissemos, bem sabemos que muito vai ser alterado ao longo do próximo ano, mas há uma despesa que se tiver alteração só pode ser para cima – referimo-nos às despesas com pessoal que já se prevêem ultrapassar os 25% do total da despesa aqui orçamentada! O que será quando se analisar o relatório de execução orçamental em 2010! Com isto não queremos senão chamar a atenção para uma realidade galopante que se vem verificando, mas querendo desde já manifestar o nosso apreço por muito do esforço de muitos dos colaboradores do município. Relembramos que mesmo estornado num momento de grave crise de emprego concelhio o facto é que a Câmara Municipal ao transformar-se no maior empregador do concelho

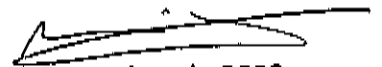
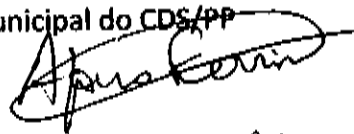
CDS – PP
Grupo Municipal de Vila do Conde
Assembleia Municipal de Vila do Conde

→ 20.7
(3:2 3/2)
138
CDS
PP

assume o risco de tornar in comportável financeiramente a gestão do município durante a próxima década.

- 14-Finalmente, registamos com apreço a manutenção pelo menos dos valores previstos para as freguesias, embora esta fosse uma oportunidade para reconhecer e atenuar as gritantes disparidades que subsistem nosso concelho.
- 15-Assim, concluímos a nossa intervenção referindo que não obstante o atrás exposto este é o orçamento de inicio de mandato pelo que numa lógica de responsabilidade institucional e politica iremos optar pela abstenção. Não deixamos de salientar que este é o orçamento de um projecto politico que venceu as eleições mas com o qual temos completas discordâncias de principio. Assim, caberá ao executivo provar daqui a um ano que afinal tinha razão para tantas esperanças no que concerne às receitas. Em abono da verdade o insucesso, no seguimento do ocorrido em anos anteriores, só irá lesar os Vilacondenses! Ficaremos atentos e não abdicaremos de ir alertando em cada alteração orçamental para os desvios do projecto aqui definido sendo que irá sempre prevalecer uma posição construtiva de forte pendente objectivista para fazer prevalecer o interesse comum – um concelho melhor!

O grupo municipal do CDS/PP



Vila do Conde, 09 de Dezembro de 2009

Doc 8 139
12
tr

Verifica-se uma previsão de queda generalizada de receita, em consonância com o ciclo económico, só as transferências do Estado sobem, contudo, no caso do imposto único de circulação, o orçamento proposto insiste na inflação da receita para valores irracionais. Já no ano anterior assinala este desvario de prever um aumento de 50% de receita proveniente dos veículos em circulação; o Sr. Presidente na altura pareceu dar a mão à palmatória e agora volta a prever uma subida de 21%, ou seja, em dois anos uma subida de carros em circulação de mais de 70% em anos de crise profunda.

O mesmo sucede com a Derrama, o melhor indicador da actividade económica; aqui é previsto um aumento de 35% dos lucros das empresas, seria bom que fosse essa a realidade mas também nos parece uma meta claramente inflacionada.

Já no que toca ao IMT há uma correcção nítida em relação ao ano anterior onde foi previsto um aumento de 18% e agora essa expectativa é corrigida para um valor inferior a 2008.

Do lado da despesa a estrutura mantém-se e as alterações mais significativas derivam das alterações introduzidas pelo novo regime de vínculo e contratação da função pública, designadamente a integração dos professores de enriquecimento curricular, com impacto na redução de avançados e tarefeiros e de pessoal para além dos quadros.

Verifica-se também reduções significativas na despesa corrente, como é costume acontecer em ano pós eleitoral,

- nos combustíveis e lubrificantes, artigos honoríficos e de decoração, deslocações e estadas, despesas de representação, ajudas de custo, deslocações e estadias.
- A redução da despesa em combustíveis e artigos de higiene, deriva certamente pelo facto da câmara ter aderido à central de compras do governo;
- Já temos dificuldades em perceber reduções em material de educação, cultura e recreio;

As grandes opções do Plano apresentam uma listagem de investimentos no valor de 72 milhões de € quando o máximo histórico da receita é inferior a 60 milhões, sendo que destes, parte significativa são despesas correntes. Como a parte remanescente é ínfima face à listagem das necessidades inscritas nas GOP, impunha-se atribuir prioridades a essa listagem a fim de que esta assembleia firmasse um contrato claro com os vilacondenses, no sentido de se comprometer com uma aplicação concreta dos seus impostos, com objectivos políticos e datas para a concretização dos mesmos.

Ora o documento que nos foi proposto não tem associado qualquer prioridade aos diversos investimentos aí referidos, não está indicado quais aqueles que têm financiamento definido e

quais aguardam financiamento da administração central ou comunitária, salvo raras excepções não têm datas de previsão de início ou fim da sua realização.

Um tal documento está tecnicamente incompleto, não está em condições de merecer da parte desta assembleia sequer apreciação séria, o que nos é trazido é uma simulação de orçamento que permita ao executivo ter um cheque em branco para fazer e desfazer a seu belo prazer, como é timbre da maioria socialista do executivo e muito em particular do seu presidente. Sem um documento que firme e assuma um compromisso para com esta assembleia, esta não pode aprovar em consciência um plano que é uma fraude. Nunca um tal documento terá a aprovação do Bloco de Esquerda.

Acresce que este plano, tal como os anteriores, promove o desequilíbrio de investimento entre as freguesias, mais uma vez a sede do concelho tem um conjunto de obras que face à diferença de qualidade de vida e de equipamentos nas freguesias do interior, justificaria que as obras inscritas para as freguesias tivessem maior prioridade que outras que estão previstas para a sede do concelho.

Somos uma formação política que tem outros métodos e outras propostas, fizemo-las em campanha eleitoral e somos fieis às mesmas, pelo que em nosso entender há prioridades, a primeira das quais é a de prover as condições primárias de qualidade de vida e de sustentabilidade futura, assim entendemos que para o ano de 2010 deveriam ter estatuto de prioridade, a realização da ponte de S. Miguel na freguesia de Arcos, a criação de uma primeira fase de uma rede de ciclovias a ligar o Metro às escolas secundárias e ESEIG e de um acentuado trabalho de identificação e consequente apoio a famílias com debilidades económicas.

Para o mandato 2010/2014, defendemos a construção de uma nova estrada entre o largo de Vilarinho em Macieira e o nó 14 da A28 com a ex-N13, um percurso de 3 km que muito aliviava a freguesia de Árvore do trânsito que vindo das freguesias a leste, se destinam para sul em direcção ao Porto ou a para norte no sentido de Viana, ou ainda para oeste em direcção às praias.

Por fim, queremos realçar que Vila do Conde faz parte do conjunto de concelhos mais conservadores ao recusar-se a introduzir a prática da realização do orçamento com a participação dos seus munícipes, como tem vindo a fazer um número crescente de municípios. O partido socialista afirma merecer a confiança dos vilacondenses mas recusa-lhes o direito a que possam manifestar a sua opinião acerca das prioridades e obras a realizar em cada ano. De que tem medo?

Vila do Conde, 29 de Dezembro de 2009

Armando Herculano



Doc 9
141

ANÁLISE AO PLANO DE ACTIVIDADES PARA O ANO DE 2010 DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE PARA AS FREGUESIAS

As Grandes Opções do Plano para o ano de 2010 registam o valor de 31.955.355,00 euros, valor este que consideramos muito significativo face à actual conjuntura e situação que estamos a atravessar no nosso país.

Analisando com detalhe este Documento verificamos que, dos 31.955.355.000 euros registados, 25.242.550,00 euros dizem respeito ao Plano Plurianual de Investimentos e 6.712.805,00 euros ao Plano de Actividades Municipal.

Mas, analisando mais detalhadamente estes valores, verificamos que no Plano Plurianual de Investimento estão contidos 11.305.000,00 euros afectos às nossas freguesias em rubricas diversas tais como, restauros de imóveis, aquisição de imóveis, aquisição e reparação de máquinas e equipamentos, construção de centros escolares, construção de habitação social, pavimentação, alargamentos, drenagens, etc, etc... E no Plano de Actividades Municipal estão inseridos 4.496.300,00 euros respeitantes a fornecimento de refeições, transportes escolares, transferências para as Juntas de Freguesia, etc, etc...

Tais valores, afectos ao valor global do Plano Plurianual de Investimento e Plano de Actividades Municipal, totalizam (11.305.000,00 euros+ 4.496.300,00 euros) 15.801.300,00 euros, representando cerca de 50% das Grandes Opções do Plano de 2010.

Por outro lado, e analisando o Plano para a Despesa Corrente, verificamos que irão ser transferidos 1.050.346,00 euros para as Freguesias, que assegurarão os serviços de Manutenção e Limpeza Geral, de Conservação Diversa, de Manutenção de Jardins e espaços ajardinados, etc,etc...e 1.534.000,00 euros para as diversas Associações do Concelho.

Estes valores são fundamentais para que as Juntas de Freguesia e as Associações promovam as suas actividades e aperfeiçoem as suas competências, proporcionando às populações uma cada vez maior e melhor qualidade de vida.

Doc 3
(23.4.2/10) 14.2

Contrariando a mensagem "É tudo para a Cidade", permanentemente e repetidamente citada pela oposição, provamos que a mesma é falsa e envolta de pura demagogia.

Assim, é com grande satisfação que constatamos que metade das Grandes Opções do Plano será dirigida às Freguesias e que comprovamos a constante atenção e dedicação do Executivo às nossas freguesias.

Vila do Conde, 29 de Dezembro de 2009

António Castro

Presidente da Junta de Freguesia de Retorta

Diz o CDS-PP no texto apresentado que " a Assembleia Municipal é um órgão com crescente protagonismo e que deve ser valorizado em Vila do Conde", acrescentando que " esta valorização deverá passar pela qualidade de intervenção dos seus membros, nem só pelo cumprimento das regras do seu funcionamento mas também deverá passar pela sua realidade física e dos meios disponíveis à obtenção de melhores resultados nos trabalhos autárquicos"

Estando de acordo com estes pressupostos, sempre tidos em devida conta pelo Grupo do PS e lamentavelmente desrespeitados por vários elementos da Assembleia Municipal que não são do PS, já não concordamos com as propostas apresentadas por constatarmos serem desfasadas da realidade.

Com efeito,

- sempre a mesa da Assembleia Municipal referiu dispor das condições necessárias à sua acção, sabendo-se ter e serem-lhe disponibilizadas todas as condições convenientes,
- sempre foi oportunamente comunicado aos Deputados Municipais todo o expediente dirigido à Assembleia Municipal, sendo-lhes transmitido poderem analisá-lo quando o considerarem com interesse,
- sempre a Mesa da Assembleia Municipal pôde recorrer aos meios humanos e materiais municipais, e

- sempre a Assembleia Municipal pôde realizar todo o tipo de reuniões de Comissões ou Grupos de Trabalho em espaços apropriados do Município.

Hoje, é correcto referir-se, a Assembleia Municipal reúne em boas e dignas condições no foyer do Auditório Municipal, após o ter feito antes nos Paços do Concelho, no Salão de Festas do Círculo Católico de Operários e no Convento do Carmo.

O Grupo do PS na Assembleia Municipal continuará a tudo fazer para dignificar e valorizar o papel do Órgão Autárquico. E lembra aos Partidos da Oposição a importância de serem mais exigentes com o seu próprio procedimento, especialmente quem tem desprestigiado a Assembleia Municipal com reprováveis e incorrectas intervenções.

Por tudo isto, perfeitamente constatável, votamos contra a proposta apresentada que mais não perspectiva que uma tentativa de protagonismo fácil. E que, se obtivesse a nossa anuência, cairia no ridículo pelo exagero de se pretenderem condições melhores do que aquelas que temos ao nosso dispor e que são, não só satisfatórias, mas claramente boas.

Doc. 11
1 2 3 4
11/11

**GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE ACTIVIDADES
E INVESTIMENTOS
E ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2010**

1. A Nota Introdutória do documento em discussão mais não é que manifestação de auto-satisfação, inclusive daquilo que deveria ter sido alvo de reconhecimento: de se não terem alcançado objectivos há muitos anos definidos e até do prejuízo causado aos vilacondenses com algumas das opções tomadas.

Há quantos anos, por exemplo, se fala na requalificação da Estação Aquícola, no Parque Desportivo e de Lazer das Caxinas e Poça da Barca, nas Piscinas de Macieira e da Junqueira ou no Complexo Desportivo das Caxinas?

Muitos, mesmo muitos! Falta apenas saber por quanto tempo mais, **sem que saiam sequer do papel**, vão continuar a constituir motivo de, chamemos-lhe, “exaltação”!

Alude-se ao QREN, mas tal como o Governo governamentalizou a sua gestão, também a Câmara de Vila do Conde o gere no maior silêncio, decidindo sozinha as candidaturas, sem envolver na discussão a Assembleia Municipal e, mesmo, outros agentes do nosso concelho. Sempre dona do saber e inimiga da democracia participativa!

Exprime auto-satisfação com “a aposta na total cobertura do Concelho com redes de abastecimento de água e drenagem de esgotos, apesar dos 35 anos de atraso, tempo que testemunha a irresponsabilidade e incompetência de quem não soube resolver um problema que deveria ter sido considerado uma das primeiras prioridades. Agora estão os munícipes a pagar facturas cada vez mais elevadas, não se sabendo quais os limites!

E, isto acontece numa altura de crise social, com desemprego e pobreza crescentes, a que se adicionam as taxas de IMI nos valores máximos permitidos pela Lei.

Estes são apenas alguns exemplos da mistificação que constitui a Nota Introdutória das Grandes Opções do Plano de Actividades e Investimentos e Orçamento Municipal Para 2010.

JM Doc 11 146
(2: a 3 fls.)
JM

2. – A Análise dos Documentos, possibilitam o confronto com a realidade.

2.1 – Conforme se constata de fls., 13 e seguintes, há várias dezenas de obras que se arrastam de plano para plano e até de mandato para mandato, algumas dezenas vêm já de 2003! A maioria continua na fase zero, isto é, não saiu do papel - ou da imaginação, como se queira! – ou então estão ainda numa fase incipiente (fase um ou dois, atentando nas colunas código/ano e Ex).

Ora, isto não é rigor, é transformar um documento **que se pretenderia sério e objectivo** num instrumento de propaganda, num criador de ilusões!

2.2 – As despesas correntes absorvem 55,73% do orçamento total, situação que não pode deixar de preocupar dado atingir negativamente a afectação ao investimento. Trata-se de uma opção ainda mais criticável quando temos assistido à privatização de vários serviços municipais. Verifica-se, assim, um processo com sentidos contrários, ou seja, a Câmara abdica a favor de privados de competências suas, mas as despesas correntes aumentam!

2.3 – Continua a estratégia de empolamento das receitas de capital, através da previsão, **nunca antes confirmada**, de vultuosas vendas de bens de investimento (fls. 25 e 35).

Por isso, estamos uma vez mais perante um Orçamento virtual e um consequente Plano arredados de qualquer realismo, conforme tem sido sistematicamente confirmado nos sucessivos Relatórios de Actividades e Contas de Gerência.

2.4 – Os Juros e outros Encargos (fls. 30 e 35) representam já 1.345.210,23 euros (ver 01.04.03).

2.5 – Prevê-se gastar em Publicidade (fls. 32 – 02.02.17) 400.000 euros. Será que se destina a cobrir algumas despesas realizadas este ano? É que, em tempo de crise, é sem dúvida, propaganda a mais!

2.6 – A Aquisição de Bens de Capital, queda-se pelos 32,8% do Orçamento, menos de um Terço! (fls. 35). Consequência do avolumar das despesas correntes e da menorização do investimento.

2.7 – Nas Despesas de Capital, sublinhe-se que para Habitação, **uma das prioridades da Câmara**, segundo consta da Nota Introdutória, vão ser aplicados (fls. 32, 07.01.02) 876.000 euros, isto é, 1,1% do orçamento para construção/aquisição/reparação e beneficiação. **Tanta coisa por tão pouco dinheiro!**

→ Soc. 11 147
In. (3ª de 3 fls.)
D.

2.8 - Nas transferências para as Freguesias (fls.45), continuam os sacos azuis em "outras despesas correntes" e "capital", desconhecendo-se os critérios para a sua aplicação.

Quanto a delegação de competências, com meios financeiros, nem pensar!

29. Dezembro. 2009
O Deputado da CDU

